elementar de radiotelegrafistas mercantes, mediante um programa publicado no primeiro trimestre de cada ano pela Escola Náutica.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 22 de Abril de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral das Estradas e Turismo

Decreto n.º 13499

Considerando que aos interessados, e não ao Estado, exclusivamente devem caber os encargos das vistorias e mais diligências que para satisfação das suas pretensões são ordenadas superiormente, o que, estando já estatuído para certos casos, justo é generalizar;

Considerando também que para estimular os funcionários encarregados destes serviços e premiar o seu zelo e actividade convém dar-lhes participação nas receitas assim obtidas pelo Estado, como já é de uso em vários serviços autónomos;

Considerando que é norma corrente que aqueles que mais directamente auferem benefícios dos serviços públicos são os que proporcionalmente devem suportar a maior parcela dos respectivos encargos;

Considerando, por último, que necessário se torna prover ao aperfeiçoamento técnico dos serviços, adquirindo instrumentos, livros e revistas scientificas, realizando experiências de materiais, etc., para o que é de aconselhar se reserve uma parte das receitas criadas, privativas dos mesmos serviços;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Pelos serviços a seguir enumerados, prestados pelos funcionários da Administração Geral das Estradas e Turismo, serão cobrados os seguintes emolumentos:

- a) Pela entrada de qualquer requerimento nas repartições dos serviços internos ou nas secretarias dos serviços externos . . . . . 10\$00
- b) Pelo registo de pedido de concessão de utilidade pública . . . . . 50\$00
- c) Pelo registo do diploma que autoriza concessão de utilidade pública . . . . . 100\$00
- d) Pelo registo de declaração de desistência destas . . . . . 30\$00

- e) Pelo registo de pedido de concessão de interesse privado. . . . . 25\$00
- f) Pelo registo do alvará de concessão desta natureza . . . . . 50\$00
- g) Pelo registo de declaração de desistência destas . . . . . 15\$00
- h) Pelo registo de transferência dos direitos de concessão de utilidade pública ou de prorrogação de prazos a estes referentes . . . . . 50\$00
- i) Pelo registo de autorização de traspasse de empreitada, fornecimento e arrendamento ou para prorrogação de prazo que lhe diga respeito, quando não dê lugar a aplicação de multa . . . . . 50\$00
- j) Pelo registo de prorrogação de prazo para execução de obras de interesse privado ou das autorizadas por licença, quando estas já tenham sido prorrogadas nos termos da alínea e) da nota 2.ª à tabela A, anexa ao decreto n.º 10:176 . . . . . 25\$00
- k) Pelas certidões, precatórios, termos ou cópias autênticas:
  - Por cada lauda, ainda que incompleta . . . . . 10\$00
  - l) Pelas cópias de desenho:
    - Por cada decímetro quadrado ou fracção . . . . . 5\$00
  - m) Pela realização de vistorias especialmente ordenadas para resolução de pedidos de licenças para obras ou para corte de árvores . . . . . 10\$00
  - n) Pelo deferimento do pedido, feito em benefício de particulares, por requisição judicial ou de corporações administrativas, para a execução de trabalhos ou serviços pelos funcionários da Administração Geral:
    - Por cada funcionário e pelo primeiro dia de serviço . . . . . 10\$00
    - Por cada funcionário, por cada dia a mais . . . . . 5\$00
  - o) Pela vistoria ou prova de ponte ou construção metálica ou de betão armado, realizada a pedido de entidades oficiais ou de particulares . . . . . 200\$00
  - p) Pela vistoria extraordinária realizada em trabalhos executados ou em materiais fornecidos por contrato, segundo a importância deste em múltiplos de escudos 1º/00

§ 1.º do artigo 1.º A alínea e) deste artigo abrange as licenças para obras ou instalações de carácter permanente sujeitas ao pagamento de renda, nos termos dos n.ºs 12.º e 13.º da tabela A anexa ao regulamento aprovado pelo decreto n.º 10:176, mas não se aplica às licenças de carácter precário.

§ 2.º A cobrança dos emolumentos devidos nos termos das alíneas m) a p) deste artigo é independente do pagamento pelo interessado da importância das ajudas de custo e subsídios de marcha a que têm direito os funcionários pela deslocação originada pelos serviços realizados.

§ 3.º São obrigados todos os concessionários de insta-

lações de carácter permanente no sub-solo das estradas nacionais ou de conduções aéreas ao longo ou através destas, assentes ou não em postes cravados nas vias públicas a cargo do Estado; a fazer no prazo de seis meses, a contar da data do presente decreto, o competente registo na Divisão de Estradas do distrito respectivo.

§ 4.º Os emolumentos a que alude a alínea a) não são devidos quando forem aplicáveis os exigidos pelas alíneas b) ou e), nem quando os requerimentos interessarem ao pessoal dependente da Administração Geral das Estradas e Turismo na sua qualidade de funcionários.

Art. 2.º São igualmente estabelecidas, como emolumentos, as percentagens constantes da tabela anexa ao presente decreto, que incidirão sobre diversas receitas da Administração Geral das Estradas e Turismo previstas na legislação vigente.

Art. 3.º As importâncias arrecadadas nos termos dos artigos anteriores constituirão um fundo especial denominado «Cofre de Emolumentos da Administração Geral das Estradas e Turismo», cuja gerência será exercida por um delegado do Conselho de Administração das Estradas e Turismo, por este designado anualmente, pelo chefe da Repartição do Expediente Geral e Contabilidade e pelo chefe dos serviços de Contabilidade da Administração Geral.

Art. 4.º Será levada à conta do cofre de emolumentos a importância de 50 por cento dos depósitos provisórios ou definitivos de garantia de contratos ou concessões, ou de outras quaisquer receitas dos serviços da viação ordinária que hajam de reverter para o Estado, como receita de Fundo de Viação e Turismo, nos termos do regulamento em vigor.

Art. 5.º Da importância das multas aplicadas por transgressão do disposto no regulamento aprovado pelo decreto n.º 10:176 pertencerá 25 por cento ao agente de polícia ou empregado fiscal que promover a aplicação e 75 por cento para o Fundo de Viação e Turismo, dos quais serão retirados 50 por cento para o cofre de emolumentos.

§ único. No caso previsto no § único do artigo 21.º do citado regulamento, da totalidade da multa reverterão 50 por cento para o cofre de emolumentos:

Art. 6.º Os emolumentos a que se refere o artigo 1.º serão pagos a dinheiro na repartição que realizar os actos que originam a sua cobrança, mediante recibo assinado pelo chefe da repartição, devendo ser escriturados em livros especiais, bem como ficar exarados nos documentos respectivos, por nota pelo mesmo funcionário autenticada.

Art. 7.º As percentagens estabelecidas no artigo 2.º serão depositadas juntamente com as importâncias sobre que incidem, sendo escrituradas em parcela separada nas guias passadas para a cobrança das mesmas importâncias, para serem com estas arrecadadas como receita do fundo de viação e turismo.

Art. 8.º O pagamento das ajudas de custo e subsídios de marcha a que se refere o § 2.º do artigo 1.º deverá ser realizado por quem tiver dado causa à deslocação dos funcionários, mediante guia que lhe será expedida pela secretaria dos serviços a que pertencam os mesmos funcionários.

O recibo será passado no duplicado da guia a restituir ao apresentante, devendo o pagamento ser também escriturado no respectivo talão que fica arquivado:

§ 1.º O chefe dos serviços quando tenha em seu poder os fundos necessários entregará aos interessados a importância dos abonos a que tiverem direito:

§ 2.º Quando o pagamento das guias a que se refere este artigo não for realizado no prazo nas mesmas indicado será a sua cobrança realizada administrativamente:

Art. 9.º No fim de cada semestre o Conselho de Administração das Estradas e Turismo ordenará a transferên-

cia, da conta deste fundo para a conta especial do cofre de emolumentos, da totalidade das quantias que tiverem sido depositadas com este destino, em conformidade com as notas discriminativas destas quantias, que serão fornecidas mensalmente pelas repartições dos serviços internos e secretarias dos serviços externos que tiverem passado as guias.

Estas notas incluirão não só as porcentagens mencionadas no artigo anterior mas também explicitamente as importâncias pertencentes ao cofre de emolumentos, nos termos dos artigos 4.º e 5.º

Art. 10.º As repartições de finanças remeterão igualmente à Administração Geral das Estradas e Turismo as notas das importâncias depositadas em cada uma com destino ao cofre de emolumentos.

Art. 11.º Da totalidade das receitas do cofre de emolumentos será destinada a importância equivalente a 80 por cento para ser distribuída pelos funcionários, e os 20 por cento restantes serão depositados na Caixa Económica Portuguesa, à ordem do Conselho de Administração das Estradas e Turismo, sob a rubrica «Fundo de reserva», para serem aplicados pelo mesmo Conselho no aperfeiçoamento técnico dos serviços, aquisições de livros e revistas técnicas, experiências, missões de estudo, etc., etc.

Art. 12.º Da importância a distribuir mensalmente pelos funcionários, nos termos do artigo anterior, será em primeiro lugar retirada a quantia necessária para o reembolso total, sempre que seja possível, dos descontos legais que cada um tenha tido nos vencimentos, e o remanescente será então repartido pelo pessoal que intervier nos serviços, pela forma prescrita no regulamento que para tal fim será aprovado pelo Conselho de Administração das Estradas e Turismo.

Art. 13.º O abono dos emolumentos aos funcionários é livre de todo e qualquer imposto.

Art. 14.º O quantitativo dos emolumentos e percentagens estabelecidos por este decreto poderá ser alterado pelo Ministro do Comércio e Comunicações, por proposta do administrador geral das Estradas e Turismo.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como n'ele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Abril de 1927.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Adriano da Costa Macedo — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Jaime Afreixo — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Júlio César de Carvalho Teixeira — João Belo — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Tabela das percentagens a cobrar, como emolumentos, sobre diversas receitas dos serviços dependentes da Administração Geral das Estradas e Turismo, a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 13:499:

N.º 1 — Sobre as taxas e rendas provenientes das licenças a que se refere a tabela A, anexa ao regulamento aprovado pelo decreto n.º 10:176	10 %
N.º 2 — Sobre a importância do imposto de trânsito em estradas, devido nos termos da tabela B, anexa ao mesmo regulamento	3 %
N.º 3 — Sobre o produto das receitas provenientes dos factos mencionados nos n.ºs 1.º, 2.º, 9.º e 10.º do artigo 1.º do mesmo regulamento	10 %
N.º 4 — Sobre as importâncias cobradas pelo aluguer de instrumentos, ferramentas, cilindros ou outros maquinismos pertencentes à Administração Geral das Estradas e Turismo	10

N.º 5 — Sobre as multas applicadas por prorrogação dos prazos para conclusão de empreitadas de fornecimentos, estipulados nos respectivos contratos. . 50 %

Paços do Governo da República, 19 de Abril de 1927.— O Ministro do Comércio e Comunicações, *Júlio César de Carvalho Teixeira*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Ceral de Belas Artes

Decreto n.º 13:500

Tendo a experiência demonstrado a necessidade de introduzir na organização da Escola da Arte de Representar algumas modificações tendentes a melhorar os serviços d'este estabelecimento de ensino;

Estando indicada a realização de economias com a supressão de cadeiras e de professores, e bem assim com a eliminação de outros cargos considerados dispensáveis, de forma a estabelecer uma melhor distribuição e aproveitamento das dotações orçamentais;

Sendo conveniente dar existência legal a cursos annexos que já na referida Escola se professam com proveito;

Impondo-se a necessidade de providenciar sobre matéria de registo de propriedade das obras dramáticas, de forma a definirem-se, em harmonia com as disposições gerais do Código Civil, os termos em que aos autores e proprietários das referidas obras é reconhecido o direito de reclamação ou recurso junto da Inspeção Geral dos Theatros;

Reconhecendo-se a conveniência de dar a este estabelecimento de ensino artístico, que faz parte integrante do Conservatório de Lisboa, uma designação mais em harmonia com a sua complexa função e com as tradições da instituição de Garrett;

Considerando, emfim, que do aumento da importância das propinas, certidões, inscrições e diplomas, e especialmente da criação da taxa de registo da propriedade das obras dramáticas, resulta um aumento de receita para o Estado computado em cerca de 25.000\$ anuais;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Escola da Arte de Representar, que continuará no gozo da autonomia administrativa que lhe foi concedida pelo decreto n.º 625, de 4 de Julho de 1914, passará a denominar-se Conservatório Nacional de Teatro, e constituirá, com o Conservatório Nacional de Música, o Conservatório de Lisboa.

Art. 2.º É suprimida a 8.ª cadeira, criada pela organização de 22 de Maio de 1911 (Organização e administração teatral).

Art. 3.º É extinto o cargo de professora da 7.ª cadeira, que deixa de ser regida por dois professores e desdobrada por sexos.

§ único. A professora da 7.ª cadeira ficará na situação de adida, recebendo os respectivos vencimentos e prestando os serviços que lhe forem designados pelo conselho escolar.

Art. 4.º Os ordenados dos professores, estabelecidos pelo decreto n.º 5:695, de 10 de Maio de 1919, serão considerados vencimentos de categoria e acumuláveis com quaisquer outros pagos pelo Estado.

Art. 5.º É reconhecido aos professores e empregados

do Conservatório Nacional de Teatro, nos termos da lei geral, o direito de apresentação.

Art. 6.º Um dos professores das cadeiras práticas (2.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª), nomeado pelo director, será encarregado de dar execução e dirigir todos os trabalhos práticos da Escola, percebendo, pelo exercício destas funções, durante os oito meses lectivos, a gratificação mensal de 100\$, triplicada nos termos do artigo 26.º da lei n.º 1:452.

§ único. A nomeação será feita por cada ano lectivo, podendo o professor ser reconduzido.

Art. 7.º É extinto o lugar de secretário criado pelo artigo 62.º do decreto de 22 de Maio de 1911.

Art. 8.º O actual cargo de official de secretaria, criado pela lei orçamental de 31 de Agosto de 1915, ao qual ficam atribuídas as funções de secretário, passará a ter a designação de official-chefe de secretaria, competindo-lhe o ordenado annual de 1.200\$, e direito ao vencimento melhorado liquido dos primeiros officiais chefes de secção do Ministério da Instrução.

Art. 9.º Além do ensino da dança teatral, que será ministrada a todos os alunos do curso ordinário, haverá no Conservatório Nacional de Teatro um curso especial, de três annos, para a preparação de bailarinas profissionais.

§ 1.º Este curso ficará a cargo da professora de dança teatral, que, além do seu ordenado, perceberá, durante os oito meses lectivos, a gratificação mensal de 50\$, triplicada nos termos do artigo 26.º da lei n.º 1:542.

§ 2.º As bailarinas profissionais diplomadas pelo Conservatório Nacional de Teatro será assegurado, em futuras concessões dos theatros do Estado, o direito de preferência, em igualdade de circumstâncias, para escritura em qualquer destes theatros onde se representem óperas portuguezas ou estrangeiras.

Art. 10.º Haverá um curso livre, nocturno, de arte de dizer e de arte de representar, para individuos de ambos os sexos que, por virtude das suas occupações, não possam frequentar o curso ordinário do Conservatório.

§ único. Para a regência do curso nocturno será contratado um professor, que perceberá a gratificação mensal de 400\$, durante os oito meses lectivos.

Art. 11.º Subsistirão, sem quaisquer encargos para o Estado, os cursos criados pelos decretos de 19 de Maio e 6 de Agosto de 1914.

Art. 12.º As importâncias destinadas a subsídios aos alunos, arrecadadas pelo conselho administrativo e constituidas pelas receitas provenientes do alugor do Salão do Conservatório, espectáculos realizados, ou qualquer outra com o mesmo destino, serão distribuidas em partes iguais, no fim de cada ano lectivo, pelos alunos que tenham terminado o curso.

Art. 13.º A importância das propinas de matrícula e encerramento, certidões, atestados, inscrições e diplomas será alterada nos termos da tabela anexa a este decreto.

Art. 14.º É confirmado ao director do Conservatório Nacional de Teatro o direito a residir no edificio do Conservatório.

§ único. A gratificação do director será triplicada, nos termos do artigo 26.º da lei n.º 1:452.

Art. 15.º Continua a cargo do Conservatório Nacional de Teatro o serviço de registo da propriedade das obras teatraes, incluindo a cinematografia, coreografia e pantomima, nos termos dos artigos 603.º, 604.º e seu § único do Código Civil.

§ 1.º É obrigatório o pagamento de um selo de 50\$ pelo registo de cada obra teatral, em dois ou mais actos, e de um selo de 25\$ pelo registo de cada obra teatral em um acto, incluindo nesta categoria todas as composições teatraes a que correspondem os chamados peque-